

Todos e todas contra a Reforma Administrativa: um ataque aos servidores públicos e à população brasileira!

Está em curso no Congresso Nacional a proposta de uma nova reforma administrativa, com o objetivo central de diminuir os gastos com os serviços públicos, ampliar o processo de terceirização/privatização e precarizar as relações de trabalho nos serviços públicos das três esferas.

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da reforma administrativa que tramita na Câmara de deputados, cujo relator é o deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), ataca conquistas democráticas e pactos sociais construídos desde a redemocratização. Seus efeitos estão relacionados ao aprofundamento das desigualdades sociais e o esgarçamento do tecido social.

As reformas dos últimos anos – previdenciária, trabalhista, teto de gastos, arcabouço fiscal – são apresentadas como a solução para a retomada do crescimento econômico e do emprego. Contudo, essas medidas que não garantem os investimentos necessários para um desenvolvimento com soberania e com a garantia dos direitos sociais históricos do nosso país, aviltando muitos direitos dos trabalhadores e deteriorando os serviços públicos.

As consequências da aprovação dessa reforma administrativa, num Congresso majoritariamente composto pela direita e a extrema direita, serão sentidas não apenas pelos servidores públicos, mas por toda a população, principalmente as mais carentes.

Quais são os ataques da PEC da Reforma Administrativa aos atuais e futuros servidores públicos e ao

conjunto da população?

1) O enfraquecimento da estabilidade. A perda de cargo poderá ocorrer após decisão judicial colegiada ou pela avaliação de desempenho, prevista na Constituição, porém, até aqui não regulamentada em lei complementar. Isso facilitará o processo de demissão por baixo desempenho e por descumprimento de metas, criando mecanismos de demissão de servidores em caso de crise fiscal.

Algumas consequências da quebra da estabilidade: o aumento da rotatividade no serviço público, com consequente desperdício de recursos com treinamento e qualificação; um processo seletivo menos impessoal e criterioso, privilegiando apadrinhados políticos em curso em muitas prefeituras e governos estaduais através das OSs e OSCIPs.

2) Ampliação e regulamentação do contrato temporário. Uma das medidas anunciadas pelo deputado Pedro Paulo é a regulamentação do contrato temporário com a mudança do texto constitucional, permitindo a ampliação dessa modalidade de contratação CLT. O relator propõe um concurso nacional para as 3 esferas, facilitando a contratação de temporários. Também propõe a ampliação dos prazos de contratação temporária, chegando a 12 anos, sem direito a estabilidade e plano de carreira.

3) Limite salarial e tabela única para as carreiras. Outro ataque que estabelece um mecanismo para limitar o piso das carreiras a 50% do teto. Com isso, os salários finais das carreiras vão ser acha-

tados e ficar menores. O projeto pretende criar uma tabela única de carreiras do serviço público e condicionar a progressão à avaliação de desempenho, limitando ganhos salariais e a criação de carreiras transversais. Uma política de desmonte disfarçada de melhor aproveitamento dos servidores.

A ofensiva das classes dominantes através da PEC da Reforma Administrativa está diretamente conectada às profundas transformações impostas pela reforma trabalhista, em 2017, como a aprovação da terceirização da atividade-fim, julgada constitucional pelo STF em 2018. Essa decisão também abriu o debate sobre a legalidade da pejetização dos serviços.

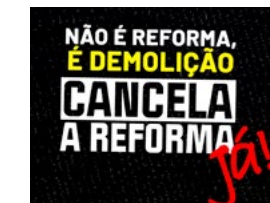
Diante de um Congresso dominado pela direita e extrema-direita e do STF emitindo decisões anti-trabalhador, com o eixo das políticas do governo Lula que não enfrenta a revogação das contrarreformas trabalhista e da previdência, é imperioso que todos os trabalhadores, celetistas, informais ou regidos pelo Regime Jurídico Único se fortaleçam e construam uma poderosa GREVE GERAL. É fundamental apostar na mobilização para impedir esse desmonte dos serviços públicos, resgatar a CLT, combater a pejetização, a precarização, restaurar a previdência pública.

O Sepe faz um chamado para que toda a categoria da educação se incorpore nas lutas convocadas contra essa Reforma, um ataque frontal ao serviço público e aos direitos do povo brasileiro. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Sede estadual: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º e 8º andares, Centro – Rio de Janeiro – RJ. Tel: (21) 2195-0450. www.seperj.org.br [instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)



Não é reforma. É demolição!

No dia 29 de outubro é Dia Nacional de Luta Contra a Reforma Administrativa e entidades e sindicatos de todo o País enviarão caravanas para Brasília, para uma grande marcha do serviço público contra a reforma.

Neste dia também serão realizados atos nos estados e municípios. No Rio de Janeiro, o protesto unificado será em frente da Alerj (Rua da Ajuda, 5, Centro). Neste dia, o Sepe também convoca a paralisação de 24 horas dos profissionais de educação da rede estadual. Venha protestar contra a PEC 32/2020 e defender nossos direitos.



MOTIVOS PARA DERROTAR A REFORMA ADMINISTRATIVA

A nova Reforma Administrativa não é simplesmente uma “atualização” do Estado. É um projeto estratégico de estrangulamento do serviço público, embalado no discurso sedutor do gerencialismo e da eficiência. Por trás de termos técnicos como “gestão por resultados” e “indicação por desempenho”, esconde-se a imposição de uma lógica que já conhecemos: fazer mais com menos, substituir o servidor concursado pelo terceirizado precarizado e, no fim, desmontar o Estado para que ele não cumpra seu papel so-

cial. Esta reforma, articulada entre o “centrão”, a extrema-direita e o mercado financeiro, com surpreendente respaldo de setores do governo, não moderniza; ela destrói. Seu objetivo final é desmontar os serviços públicos, abrindo espaço para a terceirização e o rentismo, atacando direitos históricos da classe trabalhadora como um todo.

A experiência recente nos ensina que a pressão institucional, sozinha, é insuficiente. A mesma base parlamentar que recuou diante da mobilização popular contra a PEC da Blindagem e o pacote “BBB” é a

que hoje sustenta esta reforma. A lição é clara: apenas a força organizada nas ruas pode derrotar projetos de tamanha gravidade. Este não é um debate técnico, é uma disputa política pelo destino do nosso Estado. Portanto, a hora é de unir servidores públicos de todas as esferas, trabalhadores terceirizados, movimentos sociais e toda a classe trabalhadora em uma frente ampla e combativa. Vamos às ruas para barrar essa reforma e reafirmar que um Estado forte e público é fundamental para a soberania e os direitos do povo. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

GESTÃO DA MERITOCRACIA

Longe de premiar desempenho, a proposta institucionaliza o assédio managerial – servidores serão julgados por critérios subjetivos de “produtividade” que eles não controlam, aprofundando a divisão interna e o esvaziamento do serviço público real. O sistema de bonificação cria um apartheid remuneratório no serviço público: gestores do topo agraciados, enquanto a base fica refém de metas abstratas.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Tabela única remuneratória	Sob pretexto de transparência, ignora especificidades regionais e setoriais. Ex: mesmo cargo em região de conflito e em capital teria mesma tabela	Falsa uniformidade, tende ao nivelamento por baixo, onde especificidades viram “privilégios”
Progressão por avaliação	Substitui critério objetivo (tempo) por subjetivo (avaliação). Na prática, abre espaço para assédio e favorecimentos	Desmonte da isonomia. Judicialização das carreiras – cada promoção vira disputa judicial
Bônus de resultado: 14º salário por metas	Servidores (efetivos, ou não), do topo da pirâmide recebem, enquanto servidores da base ficam espremidos pelo fiscalismo	Concentração de renda e aprofundamento das desigualdades
Acordo de Resultados	Obrigações apenas aos infográficos, ou seja, resultados estipulados pela tecnocracia neoliberal	Serviço público efetivo substituído por metas de gabinete
Revisão de gastos + Limitação de despesas	Prepara nova contrarreforma da Previdência ao limitar despesas com ativos, inativos e pensionistas à receita primária	Aposentadorias e pensões sob risco constante
Conselho de Gestão Fiscal	A única menção à sociedade civil, com 3 vagas para profissionais de orçamento, formalizando conselho da LRF, de 2000	Falsa participação social
Transparência fiscal	Boas práticas que dão impressão de legitimidade, mas buscam exclusivamente vincular despesas aos superávits (ex: diárias como gasto de pessoal)	Foco em aparência em vez de substância
Impacto orçamentário de medidas judiciais	Reedita a PEC dos Precatórios, que era temporária até 2026, tornando-a permanente	Valores devidos pelo Estado podem ser eternamente adiados
Atrelamento da fiscalização aos tribunais	Normas gerais do TCU revisam critério de cálculo do comprometimento com a folha dos demais entes para considerar todas as vantagens de aposentados e pensionistas	Insegurança jurídica, manipulação de cálculos, congelamento salarial

TECNOCRACIA E EXCLUSÃO DIGITAL

O projeto de “transformação digital” esconde um projeto de poder: substitui o debate político por indicadores técnicos, cria cidadãos de primeira (conectados) e segunda (excluídos digitalmente) categoria, e transforma servidores em dados monitoráveis. A tecnocracia não moderniza – fragiliza a escassa democracia real, transferindo decisões do campo político ao técnico.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Plano Nacional de Governo Digital (10 anos) + Estratégia Nacional	A digitalização não é neutra – impõe uma visão gerencialista que substitui o debate político por “indicadores técnicos”. Cria uma camada de especialistas inquestionáveis	Tecnocracia como projeto de poder. Despolitização das políticas públicas: decisões saem do campo democrático para o técnico, dito isento
Estágio probatório	Exclusão digital institucionalizada: 31% da população não tem acesso à internet estável. A obrigatoriedade do digital cria cidadãos de primeira e segunda categoria	Violação do princípio da universalidade: idosos, pobres, população rural ficam excluídos dos serviços
Processo eletrônico em formato aberto	Fetichismo da transparência. Formatos “abertos” exigem conhecimentos técnicos que a maioria não possui	Transparência para poucos: mantém a assimetria de informação entre Estado e cidadão
Ato digital obrigatório para rastreabilidade	Controle disfarçado de eficiência: Sob o discurso da rastreabilidade, cria-se sistema de vigilância. Cada ato vira dado para métricas de produtividade	Assédio institucional: servidores monitorados por algoritmos
Ambientes de experimentação controlada	Espaços onde a “inovação” pode burlar regras trabalhistas e direitos sob a justificativa da “experimentação”	Precarização pilotada: direitos viram obstáculos à “eficiência”
Segurança jurídica para agentes inovadores	Isenta gestores por “erros de inovação” enquanto mantém punições rígidas para servidores de base. Exemplo: “ousadia” que coloca milhões em fila virtual	Duplo padrão de responsabilidade. Impunidade para o topo, rigor para a base
Identificação única digital gratuita	A burocracia não se resolve apenas com mais tecnologia, mas com simplificação real. Digitalizar a burocracia não a torna menos burocrática	Solução técnica para problema político: ignora causas estruturais

Participação cidadã digital	Transforma cidadão em “usuário” que “avalia serviços” como num aplicativo. Substitui participação substantiva por métricas de satisfação	Democracia de consumo. Esvaziamento da democracia participativa
------------------------------------	--	---

PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A flexibilidade prometida é na verdade precarização institucionalizada: estágio probatório vira contrato de experiência de 3 anos, carreiras são “enxugadas” com risco de nivelamento salarial por baixo, e o servidor “efetivo a termo” terá prazo de validade. A reforma troca a estabilidade – que impede assédio – por vínculos frágeis que empoderam chefias autoritárias.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Servidor efetivo a termo, com todas “vantagens”	Concurso para investidura a termo em cargo de carreira, com limitação de 10 anos, justificada pela transitoriedade, limitado a 5% da carreira.	Efetividade do cargo vira letra morta
Estágio probatório	Vira contrato de experiência da CLT por 3 anos, sujeito a critérios como “disciplina” e “relacionamento interpessoal”	Assédio institucionalizado
Transversalidade	Redução do número de carreiras com incentivo à transversalidade, ou seja, cargos que não estão associados a uma atividade finalística	Nivelamento por baixo dos salários; perda de especificidades
Contrato temporário	Limitado a 5 anos, com intervalo obrigatório de 2 anos	Rotação forçada e perda de expertise
Terceirizados	Redução de 44 para 40h, sem redução salarial, como opcional (negociação coletiva ou contrato)	Direito vira concessão
Cargos em comissão	Limitação a 5% do funcionalismo, mas com 50% ocupados por servidores efetivos (60% nos estratégicos)	Mantém alto percentual de cargos de confiança; falso combate ao apadrinhamento
Seleção para cargos comissionados	Na teoria, mudança das práticas clientelistas e patrimonialistas. Na prática: muda a liturgia e mantém o padrinho	Clientelismo com roupagem técnica; perpetuação das mesmas práticas
Possibilidade de ingresso em níveis mais elevados da carreira	Até 5% de excepcionalidade para profissionais com ‘qualificação e/ou expertise necessárias’. Lembra da preocupação com clientelismo?	Porta aberta para apadrinhamento técnico; desigualdade na carreira
Teletrabalho regulamentado	Máximo 20% do contingente; 20% da carga horária; meios por conta do servidor; residência no mesmo município	Falsa flexibilidade; ônus transferido para o servidor
Quarentena para migração do setor público para o privado	Impedimento de 1 a 3 anos para atuação em atividades correlatas no setor privado, com primeiro ano pago pelos cofres público	Falso combate ao <i>revolving door</i> (porta giratória); premia potenciais lobistas
Planejamento da força de trabalho	Reposição de vacâncias não seria pressuposto, necessitaria avaliação dos 10 anos anteriores e projeção para os próximos 10 anos	Congelamento de quadros por burocracia, combinado com congelamento orçamentário
Teto para verbas indenizatórias	Limite artificial: Congela direitos sob pretexto de controle, mas mantém flexibilidade para cargos de alto escalão	Controle seletivo, com rigor para base e flexibilidade para cúpula
Fim das férias superiores a 30 dias	Cortina de fumaça. Atinge apenas algumas castas (magistrados, MP), mas cria clima para retirada de direitos de todos	Um direito puxa o outro na esteira regressiva
Fim de adicionais de férias maiores que 1/3		
Fim de adicionais sem efetiva exposição	Descaracterização de riscos: Sob alegação de “combate a fraudes”, retira direitos de trabalhadores em atividades comprovadamente penosas	Invisibilização de riscos – saúde do trabalhador como custo

A constitucionalização de temas como o teletrabalho, a instituição de tabelas únicas de remuneração e a prioridade para concursos para carreiras transversais podem acarretar a ilusão de pressões com o lobby corporativista, tanto por oportunismo de oligarquias sindicais, quanto por ilusões legítimas de tentar “melhorar” ou “aproveitar” alguma coisa dessa proposta de Reforma Administrativa, um erro crasso! É fundamental unificar uma frente de luta para derrotar na íntegra mais essa ameaça ao serviço público. O ataque não é apenas sem precedentes e direcionado aos trabalhadores do serviço público, é uma escalada para a ruína da capacidade do Estado atender aos serviços mais essenciais para toda a classe trabalhadora.

